

# ICAFI 2022

3<sup>rd</sup> International Conference in Accounting and Finance Innovation, June 30 - July 1, 2022, Aveiro, Portugal

## Os desafios da contabilidade e o papel da pressão social no relato da sustentabilidade:

Uma reflexão a partir das principais tendências

## *The challenges of accounting and the role of social pressure in the sustainability reporting:*

*A reflection from the main trends*

Amélia Maria Martins Pires<sup>1</sup>, Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Instituto Politécnico de Bragança, UNIAG, amelia@ipb.pt

<sup>2</sup> Instituto Politécnico de Bragança, peixinho@ipb.pt

---

### Resumo

As mais recentes propostas de relato tendem a considerar informação não eminentemente financeira. Uma tendência que passou a ser encorajada a partir do momento em que se ganhou consciência que o processo de tomada de decisão deve considerar fatores ambientais, sociais e de governo societário e que foi ajudando as empresas a interiorizarem que as suas responsabilidades para com a sociedade estão para lá das suas obrigações económicas e legais, apresentando uma preocupação crescente com a informação que preparam e divulgam e um maior cuidado com o modo como comunicam e o que comunicam. Uma tendência que acabaria por levar as diferentes organizações a trabalharem empenhadamente para oferecer regulamentações capazes de poderem orientar o processo de preparação e divulgação da informação requerida, mas que, ao tornar-se obrigatória apenas para certo tipo de empresas, acabaria por incluir maioritariamente práticas de relato voluntário e com uma capacidade informativa manifestamente aquém do esperado. É neste âmbito que se desenvolve este estudo, que tem como principal objetivo apresentar uma reflexão a partir das principais tendências de relato, ainda que particularmente focada no relato da sustentabilidade, identificando-se desafios e o papel que a contabilidade e a pressão social poderão ser chamadas a desempenhar. Os resultados apontam para uma reduzida adesão e para a não consolidação das diferentes propostas de relato que foram surgindo, apresentando-se a opção por práticas de relato não vinculativas como a principal justificação para as principais críticas e para o facto de, até ao momento, não se ter conseguido um modelo de relato completamente instituído. Permitem antecipar também que a principal dificuldade se prende com a pouca atenção e preocupação que as empresas têm dedicado a estas matérias e que muito provavelmente só ultrapassada à medida que o mercado for julgando o desempenho empresarial a este nível, beneficiando os investimentos com expectativas economicamente favoráveis, uma vez ponderados dos seus impactos ambientais e sociais. Um desafio que se considera não completamente ao alcance da contabilidade pelo importante papel que se reconhece poder ser exercido pela pressão social a este nível.

### Palavras-chave

Contabilidade, processo de tomada de decisão, pressão social, relato da sustentabilidade, responsabilidade social e corporativa

---

# ICAFI 2022

**3<sup>rd</sup> International Conference in Accounting and Finance Innovation, June 30 - July 1, 2022, Aveiro, Portugal**

---

## **Abstract**

The most recent reporting proposals tend to consider information that is not eminently financial. A trend that has been encouraged since the awareness that the decision-making process should take into consideration environmental, social and corporate governance factors and that has been helping companies internalize that their responsibilities to society go beyond their economic and legal obligations, showing a growing concern for the information they prepare and disclose and a greater care for how they communicate and what they communicate. A trend that would eventually lead different organizations to work hard to offer regulations capable of guiding the process of preparing and disclosing the required information, but which, by becoming mandatory only for certain types of companies, would end up including mostly voluntary reporting practices and with an information capacity clearly below expectations. It is in this context that this study is developed, with the main purpose of presenting a reflection on the main reporting trends, although particularly focused on corporate sustainability reporting, to identify challenges and the role that accounting and social pressure may be called upon to play. The results point to a low adherence and to the non-consolidation of the different proposals that have emerged, presenting the option for non-binding reporting practice as the main justification for the main criticisms and for the fact that, so far, a fully instituted reporting model has not been achieved at this level. Also allow us to anticipate that the main difficulty has to do with the little attention and concern that companies have dedicated to these matters, which will only be overcome as the market judges corporate performance at this level, benefiting investments with economically favorable expectations once their environmental and social impacts are weighed. A challenge not completely within the reach of accounting due to the important role that is recognized to be played by social pressure at this level.

## **Keywords**

Accounting, decision-making process, social pressure, sustainability reporting, social and corporate responsibility

---

# ICAFI 2022

---

## 1. INTRODUÇÃO

Alterações recentes, fundamentalmente centradas no presente século, foram criando um novo contexto que fez despertar a sociedade para outras questões, colocar novos desafios e influenciar o modo como as empresas são geridas e se relacionam com a sociedade.

Neste novo contexto, as empresas começam a querer dar sinais de mudança e a apresentar uma maior preocupação com a informação que preparam e divulgam e, inclusive, a manifestarem um maior cuidado com o modo como comunicam e o que comunicam (Carini et al., 2018; Matuszak & Róžańska, 2017). Neste particular, muita da investigação que tem sido desenvolvida ao longo das últimas décadas vem questionado a capacidade e utilidade do relato financeiro, fundamentalmente por se continuar a apresentar de forma genérica e ignorar as expectativas de stakeholders com necessidades específicas. Perante circunstâncias cada vez mais incertas, que têm vindo a mudar a opinião pública e a criar um ambiente que tende a instigar as empresas a adotarem uma estratégia que seja, simultaneamente, vantajosa para elas e para todas as partes envolvidas, eventualmente traduzida numa mudança de paradigma que deixa para trás a ideia do lucro como objetivo único para passar a defender-se, de forma muito ativa, melhores condições sociais e ambientais e no seio das quais o lucro continua a ser possível (Romão et al., 2018), ganham relevância as preocupações de natureza social e ambiental, que, legitimamente, se espera ver incorporadas na atuação dos investidores e onde o mercado, pressionado pela opinião pública, deverá também dar sinais, ainda que ténues, de querer avaliar negativamente a perceção de um risco material de mau comportamento, premiando as empresas mais responsáveis e penalizando as incumpridoras. Consequentemente, assiste-se à emergência de novos conceitos, como o da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), no âmbito do qual as empresas se comprometem, ainda que voluntariamente, a contribuir para um mundo mais equilibrado e com futuro, e de tendências de relato alimentadas pela proliferação da promulgação de regulamentação para a divulgação de informação relevante sobre as diferentes dimensões da atividade da empresa, designadamente em países pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) (CGMA, 2014).

Na verdade, à medida que se foi adquirindo consciência que as decisões empresariais devem ter em consideração fatores ambientais, sociais e de governo societário, foi crescendo na sociedade a preocupação com a própria sustentabilidade e, em resposta, assiste-se a uma tendência crescente de divulgação de informação não financeira (IIRC, 2018; 2014; 2013; 2011). Com efeito, diferentes organizações têm vindo a apresentar orientações para a sua divulgação e muitos países a desenvolver esforços significativos no sentido de contribuir para o seu sucesso (Ernest & Young, 2014). Não obstante isso, e ainda que a implementação de práticas de contabilidade no âmbito social e ambiental tenha iniciado em meados do século XX (Eugénio et al., 2010), a falta de obrigatoriedade de o fazer e de regulamentação particularmente adequada para orientar como fazer, vem sendo apresentada como justificação para que não se tenha evoluído como previsto. A divulgação deste tipo de informação assenta ainda, e maioritariamente, em práticas voluntárias e em “soft law” (Carini et al., 2018; Romão et al., 2018), razão apontada para a reduzida adesão (Pistoni et al., 2018) e o pouco empenho manifestado pelas empresas (De Villiers & Sharma, 2017; De Villiers et al., 2017), traduzidas em divulgações genéricas (Diouf & Boiral, 2017) e de qualidade discutível (Diez-Cañamero et al., 2020). É neste âmbito que se desenvolve esta investigação, com o objetivo de apresentar uma reflexão a partir das principais tendências de relato, ainda que com particular enfoque no relato da sustentabilidade, identificando-se desafios e o papel que a contabilidade e a pressão social poderão ser chamadas a desempenhar. Para lhe dar resposta, o trabalho encontra-se desenvolvido, para além desta introdução e das respetivas conclusões, limitações e linhas de investigação futura, em três grandes secções. Uma primeira para trazer à discussão a emergência dos conceitos, com particular destaque para o da RSC. Uma segunda para oferecer uma visão retrospectiva sobre a proliferação de regulamentos e diretrizes para a elaboração de relatórios no âmbito da sustentabilidade, suficientemente capaz de nos permitir refletir sobre os principais desenvolvimentos e dificuldades encontradas, enquanto suporte ou alavanca para a terceira e última secção, onde se procurará

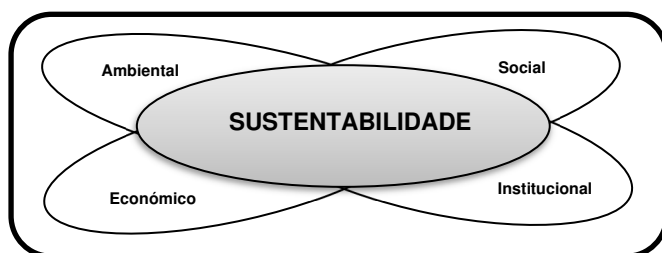
# ICAFI 2022

identificar desafios, como lhe dar resposta e qual o papel que a contabilidade e a pressão social poderão ser chamadas a desempenhar.

## 2. RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: UM OLHAR SOBRE O CONCEITO E SUAS CONEXÕES

A sustentabilidade corporativa, entendida como um conjunto de ferramentas e instrumentos que as empresas podem usar para reduzir ou eliminar impactos negativos para a sociedade, assenta no princípio da uma adequada utilização de recursos económicos, sociais e ambientais para garantir que tais recursos não se esgotam com as gerações atuais. O surgimento de novos quadros conceptuais, a par da crescente preocupação da sociedade para com as questões ambientais e sociais, tem levado as empresas a implementar, dentro das suas práticas de negócio, iniciativas de RSC com o objetivo de assegurar que as suas operações e atividades são realizadas para gerar um benefício máximo causando um impacto negativo mínimo (Elkington, 2007). Para alcançar este objetivo vem sendo defendida a necessidade de se considerar uma abordagem mais abrangente, que inclua todas as partes interessadas (Elkington, 2004), fazendo com que a RSC evoluísse para incorporar os interesses da sociedade na atividade corporativa, evitando impactos negativos e criando benefícios positivos, até se consolidar no conjunto de ações que visam proteger e melhorar (Carroll, 2015). A ênfase passa, assim, a ser colocada no processo de criação de valor para a comunidade sem criar qualquer tipo de constrangimento à criação de valor para o acionista, orientando as atividades das empresas para a sociedade em geral e não apenas para o acionista (Freeman & Durytriyet, 2017).

Considerando que o desenvolvimento sustentável não acontece de forma espontânea e que apenas se atinge uma vez alcançado um entendimento integral do fenómeno, a sua existência pressupõe uma combinação holística de um conjunto de fatores que integrem as dimensões de prosperidade económica, qualidade ambiental e equidade social, a par da dimensão de governança, que é aquela que dá suporte ao desenvolvimento sustentável e que inclui as perspetivas políticas, institucionais e de gestão da sustentabilidade. A compreensão da RSC exige uma visão alargada e completa do sistema e surge particularmente focada no âmbito daquele que deve ser o papel das empresas na sociedade (Davis, 1973), pelo que a sua grande preocupação deverá ser, mesmo que voluntariamente, a de integrar nas atividades empresariais preocupações de natureza social, ambiental e corporativa (Enquist et al., 2006). Sob esta perspetiva, a sustentabilidade faz-se depender da existência de um entendimento integral do fenómeno, o que se considera assegurado quando aos pilares institucionais, formados pelos 3P – Profits, Planet and People, se conseguir associar a dimensão institucional (Vieira, 2019), como se procura ilustrar com a figura 1.



**Figura 1: Dimensões da sustentabilidade**

Fonte: Adaptado de Vieira (2019).

Desta forma, a sustentabilidade considera-se alcançada quando se atingir o limiar de um processo que inicia com o investidor a mostrar não estar apenas interessado em investir em empresas com uma expectativa económica favorável, mas a levar também em consideração os impactos ambientais e sociais gerados pelas operações e atividades das empresas (Escrig-Olmedo et al., 2019). Como alcançar o objetivo da sustentabilidade exige uma visão alargada e a justificação das ações das empresas no quadro da criação de

# ICAFI 2022

---

valor económico, social e ambiental para todos os stakeholders (Freeman, 2010), assistiu-se à introdução de indicadores não financeiros na estrutura de relato, de que são exemplo os Corporate Sustainability Systems (CSS), ferramenta muito ligada à RSC e que encontrou no mercado financeiro um dos seus grandes motores (Diez-Cañamero et al., 2020), e, como resultado, ao emergir do campo de ação das agências de classificação e notação e de empresas para prestar o serviço (Escrig-Olmedo et al., 2019). O crescimento muito rápido que acabariam por registar gerou situações problemáticas e paradoxais, com as empresas a não obterem os mesmos resultados em todos os CSS onde participavam (Rodríguez-Fernández, 2007), transformando esta ferramenta num heterogéneo e caótico universo de instrumentos de natureza diversa, de que são exemplo os diferentes índices, ratings e rankings (Diez-Cañamero et al., 2020).

### **3. O RELATO DA SUSTENTABILIDADE: PRINCIPAIS AVANÇOS E DIFICULDADES ENCONTRADAS**

A necessidade de estimular uma economia mais sustentável, empresas socialmente mais responsáveis e uma sociedade mais inclusiva desencadeou mudanças, na relação entre empresas e partes interessadas, uma nova visão empresarial e, com elas, um processo de tomada de decisão focado no médio e longo prazo. Um comprometimento, entre empresas e sociedade, para promover a implementação de uma estratégia de criação de valor de sustentabilidade que pressupõe a existência de uma estrutura de relato ajustada (Romão et al., 2018), necessariamente mais alargada para passar a incluir indicadores com capacidade para ajudar a medir tais efeitos no médio e longo prazo (Bonsón & Bednárova, 2015). Neste âmbito, inicia-se um processo de reflexão sobre as práticas institucionalizadas (UE, 2014), de que se destaca o papel exercido pela CE que, com a publicação da Diretiva 2014/95/EU, deu início à divulgação obrigatória de informação não financeira, e as iniciativas da Global Reporting Initiative (GRI), organização fundada em Boston (EUA), em 1997, com a missão de promover a divulgação de informação não financeira como forma das empresas tornarem públicos os seus impactos económicos, ambientais e sociais e, por essa via, as suas contribuições para a meta do desenvolvimento sustentável (GRI, 2020). Para o efeito, iniciou em 2000 a produção dos GRI standard, que acabariam por ser classificados como a melhor orientação a seguir (Lock & Seele, 2016) e uma referência para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade (RS) (KPMG, 2017; 2015), modalidade preferencialmente assumida pelas empresas para este tipo de relato (Fernández- Gago et al., 2018), permitindo a disseminação de informação de natureza não financeira até então divulgada unicamente no relatório anual (Brooks & Oikonomou, 2018).

A disponibilização de diretrizes amplamente aceites a nível mundial, onde se incluem os GRI standard, acabaria por contribuir para a adoção de práticas mais sustentáveis (Vigneau et al., 2015), melhoria da sua qualidade e credibilização (Lock & Seele, 2016; Vigneau et al., 2015) e padronização, na medida em que, até então, a preparação destes relatórios era baseada em estruturas não globalmente aceites (Kuzey & Uyar, 2017). Contudo, o elevado nível de detalhe proposto pelos GRI standard acabaria por se traduzir em dificuldades de interpretação (De Villiers et al., 2017), limitando a capacidade da informação assim divulgada para ajudar os stakeholders a identificarem as suas ações e, em particular, os seus impactos e reduzir substancialmente o seu sucesso (Michelon et al., 2015). Estas dificuldades levaram a GRI e a Accounting for Sustainability Project (A4S), duas das organizações de referência na área da sustentabilidade, a criar, em 2010, o International Integrated Reporting Council (IIRC), uma tentativa mais para oferecer uma estrutura de relato assente em parâmetros interligados e universalmente aceites (IIRC, 2018), materializada no Relatório Integrado (RI) (Romero et al., 2018), a que as empresas, numa tentativa de se credibilizarem (Dumay & Dai, 2017; Truant et al., 2017; Galante & Cerne, 2017), começam a aderir (Maqbool & Bakr, 2019), divulgando informação para além da legalmente exigida (Habbash et al., 2016) e encarando o processo de divulgação voluntária de informação não como um complemento (Carini et al., 2018) mas enquanto elemento essencial da sua política de comunicação (Matuszak & Rózańska, 2017). Não obstante os esforços, estas práticas acabariam por registar uma reduzida adesão e por se traduzir em divulgações bastante genéricas e pouco relevantes para a análise do desempenho das organizações no longo prazo (Diouf & Boiral, 2017). A pouca

# ICAFI 2022

---

preocupação em estabelecer relações entre os diferentes níveis de desempenho e o seu impacto no plano social e ambiental no médio e longo prazo (De Villiers & Sharma, 2017; De Villiers et al., 2017) acabariam por justificar as críticas que foram chegando (Safari & Areeb, 2020; Diouf & Boiral, 2017). Assim, e ainda que a proliferação de ferramentas para medir a sustentabilidade corporativa e o desempenho tenha apresentado um certo paralelo com o aumento das preocupações manifestadas pela sociedade para com as questões sociais e ambientais (De Villiers et al., 2017), a verdade é que o caminho escolhido para a disponibilização desta informação se fez assentar, fundamentalmente, em orientações não vinculativas, limitando a sua capacidade para se assumir como um instrumento para a consolidação deste tipo de relato (Flower, 2015). Assim, e ainda que informar seja uma necessidade das empresas e uma obrigação para com o grupo social onde se incluem, a opção por práticas maioritariamente voluntárias e “soft law” (Romão et al., 2018), não só justifica a reduzida adesão como a pouca objetividade e imparcialidade da informação assim disponibilizada (Diez-Cañamero et al., 2020), retirando-lhe capacidade para se impor e atingir o estágio de maturidade que se pretendia ver alcançado (Pistoni et al., 2018).

#### **4. CONTRIBUTOS DA CONTABILIDADE E DA PRESSÃO SOCIAL PARA O OBJETIVO DO RELATO DA SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA**

A realidade apresenta-se hoje francamente marcada por circunstâncias adversas que podem comprometer a estabilidade e que não permitem que se ignore a necessidade de antecipar cenários negativos, que levantam importantes questões para as perspetivas de longo prazo das empresas e para o investidor e que vêm pressionando a produção de regulamentação capaz de garantir um processo de divulgação confiável, consistente, comparável (Gulluscio et al., 2020) e compatível com as necessidades de (re)configuração dos portfólios de investimento (Bolton et al., 2020). Um ambiente onde as relações que se estabelecem entre as empresas e a sociedade vão no sentido de procurar identificar a criação de valor para a comunidade em geral e não apenas para o acionista (Freeman & Durytriyet, 2017), só compatível com um modelo de relato com capacidade para informar e envolver os stakeholders, gerar confiança, estimular o desenvolvimento organizacional e apoiar nos processos de tomada de decisão (GRI, 2020).

Na verdade, cresce a probabilidade de ocorrência de eventos extremos capazes de poderem comprometer o normal funcionamento das organizações, produzir alterações de perceção relativamente ao valor de certos ativos e pôr em perspetiva uma diversidade de riscos de natureza diversa que urge contrariar. Num contexto com estas características, deixar que a contabilidade continue a ser encarada como simples linguagem dos negócios e, fundamentalmente, que o processo de comunicação se faça incorporando maioritariamente informação de natureza financeira, para além de paradoxal, seria incongruente por estar em contraciclo com um mundo natural e social claramente ameaçados. Por sua vez, considerando que a sociedade e a economia não são reinos independentes, deve a contabilidade, pela sua natureza e capacidade para captar os efeitos dos comportamentos das pessoas e as suas ações na organização e na sociedade (Carnegie et al. 2021), ir além do objetivo de proporcionar informação financeira aos detentores do capital (Gray et al, 1996) e ser utilizada na preservação e conservação do planeta (Carnegie, 2019; Dumay & Guthrie, 2019). Encará-la desta forma é assumir que pode ser usada como instrumento de ação e mudança, influenciando o comportamento das pessoas relativamente às questões mais críticas que marcam a agenda (Pelger & Spieß, 2017), fazendo uso de todo o seu potencial para ajudar a produzir uma sociedade mais justa e menos ameaçada. Porém, como a sustentabilidade só estará assegurada quando se conseguir alcançar uma visão integral do fenómeno (Vieira, 2019), tal como procurámos ilustrar na figura 1, o desafio do relato da sustentabilidade não só exige uma abordagem interdisciplinar como obriga a repensar as estruturas de governo das instituições e a fomentar ações em função dos interesses coletivos (Compiglio et al., 2018), algo a que a contabilidade, por si só, não conseguirá atender. Assim, e sob o lema de que o que não está definido não pode ser medido, o que não é medido não pode ser melhorado e o que não é melhorado será sempre degradado (Diez-Cañamero et al.,

# ICAFI 2022

---

2020), vimos assistindo a um trabalho muito dirigido no domínio da contabilidade, levado a cabo por prestigiadas organizações que, pela sua capacidade para influenciar, têm procurado responder com uma estrutura de relato tão abrangente quanto confiável, consistente e comparável (Gulluscio et al., 2020), começando, inclusive, a falar-se de contabilidade do clima ou das mudanças climáticas, e não apenas para divulgar o processo de adaptação dos agentes económicos às mudanças climáticas, mas de uma solução mais profunda (Bolton et al., 2020). Neste âmbito, destaca-se a criação do International Sustainability Standards Board (ISSB), uma iniciativa do European Financial Reporting Advisory Group (EFRAG) e da International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS), para desenvolver Padrões IFRS para a divulgação de informação sobre a performance empresarial de sustentabilidade, e a Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD), uma diretiva elaborada pelo EFRAG e publicada em abril de 2021 para inaugurar uma nova era para o relato da sustentabilidade na EU. Ainda que a decisão de pôr o ISSB em cooperação com o IASB no desenvolvimento dos Padrões IFRS seja um bom sinal para os mercados financeiros e que a entrada em vigor da CSRD, prevista para 1 de janeiro de 2023, venha obrigar todas as grandes empresas e empresas cotadas na EU a divulgarem e obterem garantia externa de uma série de assuntos em matérias ambientais, sociais e de governo corporativo (EYGE, 2021), persiste a necessidade destas matérias serem verdadeiramente assumidas como importantes e com impacto no valor de mercado. Não obstante os contributos das novas regulamentações, estas necessitam ser acompanhadas de mudanças comportamentais que influenciem os interesses coletivos (Compiglio et al., 2018). Como o mercado não deixa espaço para comportamentos desinteressados, ainda que a opção por um caminho não vinculativo possa ser utilizada para justificar a pouca adesão e/ou a reduzida capacidade da informação que vem sendo divulgada, a menor preocupação que lhe tem sido atribuída só poderá ser ultrapassada à medida que se for conseguindo que o mercado interiorize a relevância destes riscos e o seu impacto material no valor das empresas. Em face da “ditadura” dos mercados, será a pressão social a obrigar as empresas a adotar comportamentos mais sustentáveis, ainda que voluntariamente, pelo que ou o mercado “internaliza” os custos da sustentabilidade, julgando o desempenho das empresas a este nível, ou qualquer regulamentação será facilmente ignorada.

Com efeito, e ainda que a produção de legislação dirigida seja, seguramente, uma via verdadeiramente efetiva, quando não a mais efetiva, num mercado tão globalizado e com tantas interdependências, implementá-la em certas jurisdições não deixará de ser vista como uma obrigação que funcionará como custo de contexto face a concorrentes localizados noutras latitudes e onde tal não seja obrigatório. Neste sentido, será a pressão social a gerar os incentivos de mercado necessários para se alcançar comportamentos mais responsáveis. Um processo necessariamente lento e que passa por utilizar a opinião pública como o grande incentivo de mercado, criando nela um sentimento que valorize e pressione as empresas a adotar as melhores práticas e a tornarem público, pela divulgação, se estão ou não a cumprir.

Quando o investidor mostrar não estar apenas interessado em investir em empresas com uma expectativa económica favorável, mas a levar também em consideração os impactos ambientais e sociais gerados pelas operações e atividades empresariais (Escrig-Olmedo et al., 2019), ou seja, quando o mercado funcionar com base numa espécie de ranking “reputacional” penalizador onde tendencialmente ninguém querera permanecer, então o objetivo poderá considerar-se alcançado.

Perante circunstâncias cada vez mais incertas e um ambiente que tende a instigar as empresas a adotarem uma estratégia que seja, simultaneamente, vantajosa para elas e para todas as partes envolvidas (Romão et al., 2018), o objetivo do relato da sustentabilidade é um desafio que está dependente da existência de uma visão integral do fenómeno (Vieira, 2019) e que leva a uma abordagem multi e interdisciplinar (Campiglio et al., 2018). Neste particular, a pressão social desempenhará um contributo que será seguramente mais efetivo que qualquer ação legislativa. Por isso, o caminho para o objetivo do relato da sustentabilidade faz-se dando prevalência ao comportamento voluntário e não pelo uso da via impositiva, solução que não invalida a prática de procedimentos contabilísticos adequados, antes pelo contrário.

# ICAFI 2022

---

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recordamos que este estudo foi desenvolvido com o objetivo de apresentar uma reflexão a partir das principais tendências de relato, com particular destaque para o relato da sustentabilidade, para identificar desafios e o papel que a contabilidade e a pressão social poderão ser chamadas a desempenhar. A análise realizada permitiu concluir que a dimensão da sustentabilidade empresarial tem ganhado uma importância relativa crescente (IIRC, 2018; 2014; 2013; 2011), onde se inscreve a compreensão de conceitos como o da RSC, e que o ambiente organizacional tem vindo a sofrer alterações e pressões significativas, que foram produzindo impactos aos mais variados níveis e criando novas necessidades, cuja satisfação se faz depender da existência de um entendimento alargado acerca daquele que deve ser o papel das empresas na sociedade (Davis, 1973) e que, neste particular, passa por assumir a necessidade de integrar nas atividades empresariais preocupações de natureza social, ambiental e corporativa (Enquist et al., 2006), cuja ação deverá ser avaliada no âmbito da criação de valor económico, social e ambiental para todos os stakeholders (Freeman, 2010). A existência desta nova visão determina a necessidade de se passar a considerar indicadores com capacidade para ajudar a medir tais efeitos e, com isso, ao alargamento da base de relato (Bonsón & Bednárova, 2015), determinado pela necessidade de satisfazer os interesses da sociedade em geral (Romão et al., 2018) e não apenas dos investidores. Alcançar este objetivo depende do entendimento de que o nível de responsabilidades das empresas está para lá das suas obrigações económicas e legais (Maqbool & Bakr, 2019; Matuszak & Rózańska, 2017) e, fundamentalmente, quando o investidor manifestar um interesse inequívoco em investir em empresas socialmente responsáveis (Escrig-Olmedo et al., 2019). Em conformidade, regista-se a promulgação de regulamentação para a preparação e divulgação de informação não eminentemente financeira, ainda que fundamentalmente nos países da OCDE (CGMA, 2014), que muito se têm esforçado para garantir o seu sucesso (Ernest & Young, 2014). Globalmente classificadas como uma boa orientação a seguir (Lock & Seele, 2016) e veículo de disseminação (Brook & Oikonomore, 2018) e implementação de práticas de contabilidade ambiental e social (Eugénio et al., 2010), têm contribuído para a divulgação de informação para além do legalmente exigido (Habbash et al., 2016) e para um crescimento significativo de agências de notação, ainda que com resultados aquém do esperado (Escrig-Olmedo et al., 2019). A natureza das regulamentações acabaria por tornar as divulgações obrigatórias apenas para determinadas empresas (Bonson & Bednárová, 2015), o que se traduziu numa reduzida adesão (Pistoni et al., 2018), pouco empenho (De Villiers & Sharma, 2017; De Villiers et al., 2017) e em divulgações muito genéricas e pouco interligadas (Demir et al., 2017; Diouf & Boiral, 2017), de duvidosa objetividade e imparcialidade (Diez-Cañamero et al., 2020).

Ainda que a opção por orientações não vinculativas surja como a principal razão para justificar o fracasso das medidas (Safari & Areeb, 2020; Romão et al., 2018; Diouf & Boiral, 2017), o facto de não se dispor ainda de um modelo de relato completamente instituído poderá estar relacionado com a pouca atenção e preocupação que lhe tem sido dedicada e que muito provavelmente só será ultrapassada à medida que se for conseguindo que o mercado “internalize” os custos da sustentabilidade, julgando o desempenho das empresas a este nível e beneficiando os atores com comportamentos responsáveis. Ainda que a produção de legislação dirigida seja, seguramente, uma via verdadeiramente efetiva, num mercado global e interdependente, os sinais terão de vir necessariamente do mercado, com o investidor a manifestar interesse por investimentos com expectativas economicamente favoráveis, ponderadas dos impactos ambientais e sociais gerados por essas atividades (Escrig-Olmedo et al., 2019). Digamos que o objetivo do relato da sustentabilidade é um desafio que passa não só pela contabilidade, mas também pela existência de uma visão completa (Vieira, 2019), dependente de uma abordagem multi e interdisciplinar (Campiglio et al., 2018) e onde a pressão social desempenhará o contributo mais efetivo. Neste âmbito, sugere-se, para investigação futura, complementar esta reflexão com a realização de um estudo que permita recolher informação, eventualmente com base na aplicação de um inquérito por questionário aos stakeholders, com particular destaque para os investidores, com o propósito de procurar perceber o que valorizam no momento de (re)configurar as suas carteiras de investimento.

# ICAFI 2022

---

## REFERÊNCIAS

- BOLTON, P., DESPRES, M., PEREIRA DA SILVA, L. A., SVARTZMAN, R., & SAMAMA, F. (2020). The green Swaun: Central banking and financial stability in the age of climate change, Bank for International Settlements (BIS). <https://www.bis.org/publ/othp31.pdf>.
- BONSÓN, E. & BEDNÁROVÁ, M. (2015). CSR reporting practices of Eurozone companies, *Revista de Contabilidad – Spanish Accounting Review*, 18(2), 182-193. DOI: 10.1016/J.RCSAR.2014.06.002.
- BROOKS, C., & OIKONOMOU, I. (2018). The effects of environmental, social and governance disclosures and performance on firm value: A review of the literature in accounting and finance. *The British Accounting Review*, 50(1), 1-15. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2017.11.005>.
- BRANCO M., GOMES S. & EUGÉNIO T. (2015). Sustainability Reporting and Assurance in Portugal. *Corporate Governance*, 15, 281-292. DOI: [10.1108/CG-07-2013-0097](https://doi.org/10.1108/CG-07-2013-0097).
- CARINI, C., ROCCA, L., VENEZIANI, M., & TEODORI, C. (2018). Ex-Ante Impact Assessment of Sustainability Information– The Directive 2014/95. *Sustainability*, 10(2), 560. DOI: [10.3390/su10020560](https://doi.org/10.3390/su10020560).
- CARNEGIE, G.D. (2019). AAAJ, Thematic Special Issues and Research Innovation: Revisiting the Next Decade, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 32(8), 2193-210. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-05-2019-4003>.
- CARNEGIE, G., PARKER, L., & TSAHURIDU, E. (2021). It's 2020: What is accounting today?, *Australian Accounting Review*, 96(31), 65-73. <https://doi.org/10.1111/auar.12325>.
- CARROLL, A.B. (2015). Corporate social responsibility: The centerpiece of competing and complementary frameworks. *Organizational Dynamics*, 44, 87-96. <https://doi.org/10.1016/j.orgdyn.2015.02.002>.
- CGMA (2014). “Integrated Thinking: The next step in Integrated Reporting”, Chartered Global Management Accountant, <http://www.cgma.org/resources/reports/downloadabledocuments/integrated-thinking-the-next-step-in-integrated-reporting.pdf>.
- COMPLIGLIO, E., DUFERMOS, Y., MONNIN, P., RYAN-COLLINS, J. & GUIDO SCHOTTEN, M. T. (2018). Climate change challenges of for central banks and financial regulators, *Nature-climate Change* 8, 462-468. <https://ssrn.com/abstract=3305705>.
- DAVIS, K. (1973). The case for and against business assumption of social responsibilities. *Academy of Management Journal*, 16(2), 312-322. <https://doi.org/10.5465/255331>.
- DE VILLIERS, C. & SHARMA, U. (2017). A critical reflection on the future of financial, intellectual capital, sustainability and integrated reporting. *Critical Perspectives on Accounting*, 70, DOI: [10.1016/j.cpa.2017.05.003](https://doi.org/10.1016/j.cpa.2017.05.003).
- DE VILLIERS, C., VENTER, E. R., & HSIAO, P. C. K. (2017). Integrated reporting: background, measurement issues, approaches and an agenda for future research. *Accounting & Finance*, 57(4), 937-959.
- DIOUF, D., & BOIRAL, O. (2017). The quality of sustainability reports and impression management: A stakeholder perspective. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 30(3), 643-667. DOI: [10.1108/AAAJ-04-2015-2044](https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2015-2044).
- DUMAY, J. & GUTHRIE, J. (2019). Reflections on Interdisciplinary Critical Intellectual Capital Accounting Research: Multidisciplinary Propositions for a New Future'. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 32(8), 2282-2306. DOI: [10.1108/AAAJ-08-2018-3636](https://doi.org/10.1108/AAAJ-08-2018-3636).
- DIEZ-CAÑAMERO, B., BISHARA, T., OTEGI-OLASO, J. R., MINGUEZ, R. & FERNÁNDEZ, J. M. (2020). Measurement of Corporate Social Responsibility: A Review of Corporate Sustainability Indexes, Rankings and Ratings. *Sustainability* 2020, 12, 2153, DOI:10.3390/su12052153.
- DUMAY, J., & DAI, T. (2017). Integrated thinking as a cultural control?. *Meditari Accountancy Research*, 25(4), 574-604. DOI: [10.1108/MEDAR-07-2016-0067](https://doi.org/10.1108/MEDAR-07-2016-0067).
- ELKINGTON, J. (2004). Enter the Triple Bottom Line, In Adrian Henriques & Julie Richardson (Editors), *The Triple Bottom Line: Does It All Add Up: Does It All Add Up?*, Chapter 1, 1-16.

# ICAFI 2022

- 
- ELKINGTON, J. (2007). *Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*; Capstone Publishing Ltd.: Oxford, UK.
- ENQUIST, B., JOHNSON, M. e SKÅLÉN, P. (2006). Adoption of corporate social responsibility: incorporating a stakeholder perspective. *Qualitative Research in Accounting & Management*, 3(3), 188-207. DOI: 10.1108/11766090610705399.
- ERNST & YOUNG (2014). "Integrated Reporting: Elevating Value", [http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-Integrated-reporting/\\$FILE/EY-Integrated-reporting.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-Integrated-reporting/$FILE/EY-Integrated-reporting.pdf).
- ESCRIG-OLMEDO, E.; FERNÁNDEZ-IZQUIERDO, M.Á.; FERRERO-FERRERO, I.; RIVERA-LIRIO, J.M. & MUÑOZ-TORRES, M.J. (2019). Rating the raters: Evaluating how ESG rating agencies integrate sustainability principles. *Sustainability*, 11, 915, doi:10.3390/su11030915.
- EUGÉNIO, T.; LOURENÇO, I. e MORAIS, A. (2010). Recent developments in social and environmental accounting research, *Social Responsibility Journal*, 6(2), 286-305.
- EYGE (2021). O futuro dos padrões de divulgação sobre sustentabilidade. A evolução das políticas e as medidas que as empresas podem adotar hoje, EYGM Limited, julho, <https://www.ey.com>.
- FERNÁNDEZ-GAGO, R.; CABEZA-GARCIA, L. & NIETO, M. (2018). Independent directors' background and CSR disclosure. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25 (5), 228. DOI: 10.1002/CSR.1515.
- FLOWER, J. (2015). The International Integrated Reporting Council: A story of failure, *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 1-17. DOI: [10.1016/j.cpa.2014.07.002](https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.002).
- FREEMAN, R.E. & DMYTRIYEV, S. (2017). Corporate Social Responsibility and Stakeholder Theory: Learning From Each Other, Symphony. *Emerging Issues in Management*, 1, 7-15. <http://dx.doi.org/10.4468/2017.1.02freeman.dmytriyeu>.
- GALANTE, A. & CERNE, K. (2017). Non-Financial Reporting in Croatia: Current Trends Analysis and Future Perspectives, *Management*, 12(1), 41-58. DOI: [10.26493/1854-4231.12.41-58](https://doi.org/10.26493/1854-4231.12.41-58).
- GRAY, R., OWEN, D. & ADAMS, C. (1996). *Accounting & Accountability: Changes and Challenges in Corporate Social and Environmental Reporting*, Prentice Hall.
- GRI (2020). Global Reporting Initiative: Fundamentals 2016, <https://www.globalreporting.org/>.
- GULLUSCIO, C., PUNTILLO, P., LUCIANI, V., & HUISSINGH, D. (2020). Climate Change Accounting and Reporting: A systematic Literature Review, *Sustainability*, 12(13), 1-31. DOI: [10.3390/su12135455](https://doi.org/10.3390/su12135455).
- HABBASH, M., HUSSAINEY, K. & AWAD, A.E. (2016). The determinants of voluntary disclosure in Saudi Arabia: an empirical study. *International Journal of Accounting, Auditing and Performance Evaluation*, 12 (3), 213-236. DOI: [10.1504/IJAAPE.2016.077890](https://doi.org/10.1504/IJAAPE.2016.077890).
- IIRC (2018). "International Integrated Reporting Council", <https://integratedreporting.org/>.
- IIRC (2014). "Realizing the benefits: The impact of Integrated Reporting", International Integrated Reporting Council, [http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2014/09/IIRC.Black\\_Sun\\_Research.IR\\_Impact.Single.pages.18.9.14.pdf](http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2014/09/IIRC.Black_Sun_Research.IR_Impact.Single.pages.18.9.14.pdf).
- IIRC (2013). "The International <IR> Framework", International Integrated Reporting Council, <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-2-1.pdf>.
- IIRC (2011). "Towards Integrated Reporting - Communicating Value in the 21st Century", International Integrated Reporting Council, [http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2011/09/IR-Discussion-Paper-2011\\_spreads.pdf](http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2011/09/IR-Discussion-Paper-2011_spreads.pdf).
- LOCK, I., & SEELE, P. (2016). The credibility of CSR (corporate social responsibility) reports in Europe. Evidence from a quantitative content analysis in 11 countries. *Journal of Cleaner Production*, 122, 186-200. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.02.060>.
-

# ICAFI 2022

---

- KPMG (2017). The road ahead. The KPMG Survey of Corporate Responsibility Reporting 2017, [kpmg.com/crreporting](http://kpmg.com/crreporting).
- KPMG (2015). The Currents of Change. The KPMG Survey of Corporate Responsibility Reporting 2015, <https://home.kpmg/content/dam/kpmg/pdg/2015/12KPMG-survey-of-CR-reporting-2015.pdf>.
- KUZEY, C. & UYAR, A. (2017). Determinants of sustainability reporting and its impact on firm value: evidence from the emerging market of Turkey, *Journal of Cleaner Production*, 143, 27-39. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.12.153>.
- MAQBOOL, S. & BAKR, A. (2019). The curvilinear relationship between corporate social performance and financial performance: Evidence from Indian companies, *Journal of Global Responsibility*, 10(1), 87-100. DOI:10.1108/jgr-11-2018-0060.
- MATUSZAK, L. & RÓŻAŃSKA, E. (2017). CSR Disclosure in Polish-Listed Companies in the Light of Directive 2014/95/EU Requirements: Empirical Evidence. *Sustainability*, 9(12), 2304. DOI:[10.3390/su9122304](https://doi.org/10.3390/su9122304).
- MICHELON, G., PILONATO, S., & RICCERI, F. (2015). CSR reporting practices and the quality of disclosure: An empirical analysis. *Critical Perspectives on Accounting*, 33, 59-78.
- PELGER, C., & SPIEB, N. (2017). On the IASB's construction of legitimacy – the case of the agenda consultation project, *Accounting and Business Research*, 47(1), 64-90. DOI: 10.1080/00014788.2016.1198684.
- PISTONI, A., SONGINI, L., & BAVAGNOLI, F. (2018). Integrated Reporting Quality: An Empirical Analysis. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25(4), 489-507. DOI: 10.1002/CSR.1474.
- POPE, J.; ANNANDALE, D. & MORRISON-SAUNDERS, A. (2004). Conceptualizing sustainability assessment. *Environmental Impact Assessment Review*, 24, 595-616, DOI:10.1016/j.eiar.2004.03.001.
- ROMÃO, A. L., CABRITA, I., CASTRO, A. S., & FERREIRA, A. P. (2018). A divulgação de informação não financeira nas empresas portuguesas, *XVIII Encontro Internacional AECA*, 20-21 de setembro, Lisboa.
- ROMERO, S., RUIZ, S., & FERNANDEZ-FEIJOO, B. (2018). Sustainability reporting and stakeholder engagement in Spain: Different instruments, different quality. *Business Strategy and the Environment*, 28(1), 221-232. <https://doi.org/10.1002/bse.2251>.
- SAFARI, M., & AREEB, A. (2020). A qualitative analysis of GRI principles for defining sustainability report quality: an Australian case from the preparers' perspective. *Accounting Forum*, 1-32. DOI: 10.1080/01559982.2020.1736759.
- TRUANT, E., CORAZZA, L., & SCAGNELLI, S. (2017). Sustainability and Risk Disclosure: An Exploratory Study on Sustainability Reports. *Sustainability*, 9(4), 636. DOI:10.3390/su9040636.
- EU (2014). Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, 1-9.
- VIEIRA, I. C. G. (2019). Abordagens e desafios no uso de indicadores de sustentabilidade no contexto amazônico. *Revista Científica e Cultura*, On-line version, 71(1), jan/março. DOI:10.21800/2317-66602019000100013.
- VIGNEAU, L., HUMPHREYS, M., & MOON, J. (2015). How do firms comply with international sustainability standards? Processes and consequences of adopting the global reporting initiative. *Journal of Business Ethics*, 131(2), 469-486. DOI:10.1007/s10551-014-2278-5.